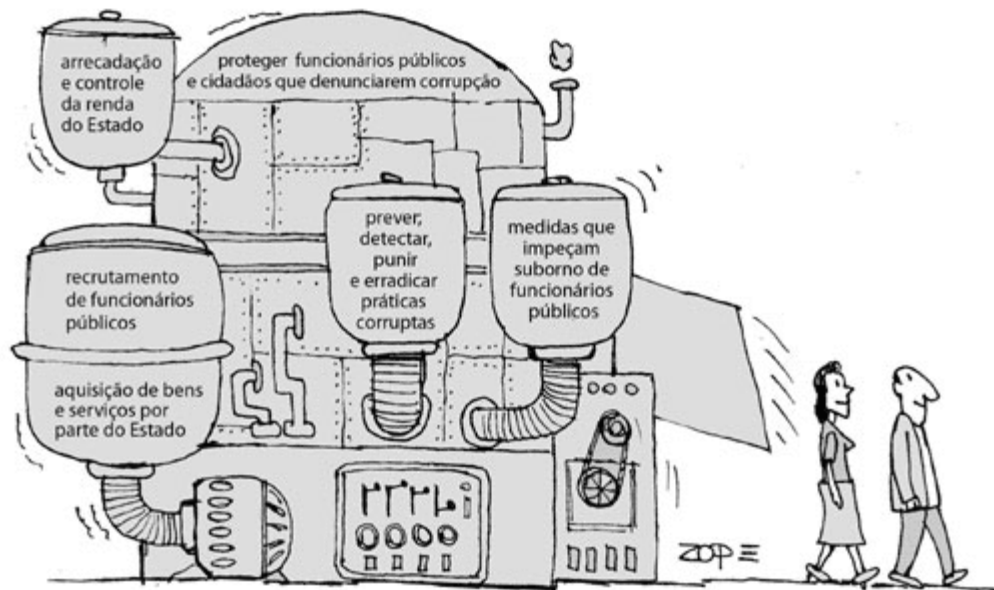


O COMBATE À CORRUPÇÃO NA AMÉRICA LATINA*

* Este texto é a primeira parte de um levantamento especial com entidades de controle da corrupção em 10 países da América Latina. Continua na próxima edição do Pre\$taando Conta\$.



A história da América Latina é marcada por variados escândalos de corrupção. Fernando Collor de Mello (Brasil), Luis González Macchi (Paraguai), Alberto Fujimori (Peru), Carlos Menem (Argentina) e Carlos Salinas (México) são apenas alguns dos recentes exemplos latino-americanos de fraudes envolvendo personagens públicas. Talvez por isso hoje são muitos os organismos destinados ao combate e à fiscalização desse tipo de delito na América Latina.

A Transparência Internacional é uma entre as entidades de combate à corrupção com escritórios ou seções espalhados pelo mundo: no continente latino-americano funciona a Transparência Internacional América Latina e Caribe. A corrupção mundial também é combatida pelo Comitê de Investigação de Fraude e Corrupção e pela Rede Interamericana Anticorrupção, entre outros.

Luiz Marcelo Azevedo, do Escritório de Cooperação Jurídica da Organização dos Estados Americanos (OEA), explica que a instituição dispõe de ferramentas importantes para o combate à corrupção. A mais importante delas é a Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC), de 1996, o primeiro acordo internacional a tratar do tema, ratificada por 33 dos 34 Estados Membros da OEA. "A CICC representa um avanço fundamental na cooperação entre os países do hemisfério na luta contra a corrupção. Uma das suas maiores contribuições é estabelecer bases comuns no sentido de promover e fortalecer o desenvolvimento, por cada um dos países, dos mecanismos necessários para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção", diz ele.

A Comissão Interamericana propõe medidas preventivas, entre as quais a criação de sistemas de recrutamento de funcionários públicos e de aquisição de bens e serviços por parte do Estado, de forma a assegurar transparência, equidade e eficiência; de sistemas para arrecadação e controle da renda do Estado que impeçam a prática da corrupção; de sistemas para proteger funcionários públicos e cidadãos que denunciarem práticas de corrupção. Também fazem parte das propostas preventivas da Comissão iniciativas como a concepção de órgãos de controle superior, que tenham como objetivo desenvolver mecanismos modernos para prevenir, detectar, punir e erradicar as práticas corruptas; a instituição de medidas que

impeçam o suborno de funcionários públicos e a adoção de mecanismos para estimular a participação da sociedade e de organizações não governamentais nos esforços para prevenir a corrupção.

Azevedo cita como exemplo de combate à corrupção o Documento de Buenos Aires, elaborado pelos países membros da OEA em maio de 2001, que estabeleceu o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana (Mesicic) com atuação em duas instâncias: a Comissão de Peritos e a Conferência dos Estados Partes. A primeira é composta por peritos governamentais dos 28 países que assinaram o Mecanismo e se reúnem duas vezes por ano na sede da OEA, em Washington, DC. Nesses encontros são analisados os relatórios sobre a implementação dos artigos da Convenção Interamericana contra a Corrupção e feitas recomendações para que os países analisados fortaleçam a luta contra esse tipo de crime.

Crescimento econômico em foco

Em Rompendo o Marasmo - A Retomada do Desenvolvimento no Brasil, os economistas Armando Castelar Pinheiro e Fabio Giambiagi debatem os desafios que se apresentam para que o país reencontre o rumo de um crescimento econômico contínuo e significativo perdido no início dos anos 80. Eles defendem uma nova reestruturação da Previdência, dentre outras reformas, e combatem os altos gastos sociais do governo.



EDITORIAL

A organização contábil no setor público

Lino Martins da Silva

Os fundamentos da neutralidade e da independência da Contabilidade têm encontrado resistências no setor público, em especial nas Secretarias de Fazenda que vêm a autonomia desse órgão fundamental de controle como um fator de desprestígio para os titulares daquelas Secretarias.

Análises comparativas em diversos Municípios, Estados e na União revelam que o sistema contábil persiste em permanecer intimamente ligado tanto à função fazendária como à função financeira sob os mais diversos argumentos. Para uns a Contabilidade tem uma atração fatal pela função financeira e um desprezo pela de controle; para outros, a estrutura contábil está na razão direta da origem dos dados primários que recebe do Tesouro em maior volume do que de outros setores.

Tais argumentos mostram como o setor público ainda está contaminado com a estrutura patrimonialista e burocrática do Estado, quando o mais adequado seria enfocar a Contabilidade como ciência que estuda os movimentos do patrimônio público esteja ele onde estiver.

Ao tratar da organização contábil, VIANA¹ é bastante enfático ao estabelecer que "como a sua finalidade é a de contrastar os resultados de toda a atividade da administração econômica, seria grave erro de organização subordiná-la a qualquer órgão encarregado do exercício de atividades sujeitas à verificação contábil".

A organização contábil é caracterizada por parâmetros indicadores da forma como o setor contábil está inserido na estrutura da entidade, bem como sua autonomia e independência para proceder à adequada avaliação do patrimônio como seu objeto de estudos, e compreende o planejamento e a normatização do trabalho. O planejamento envolve o estudo da atividade ou o conhecimento do processo de negócio, uma vez que o sistema contábil necessita atender às especificidades operacionais, pois não seria viável utilizar o mesmo tipo de organização contábil para diferentes atividades. Assim, a organização contábil de uma companhia de seguros deve ser diferente de uma companhia siderúrgica, de um banco ou financeira ou, ainda, uma empresa de corretagem de imóveis. O conhecimento do processo de negócio proporciona o

entendimento estruturado da organização e das operações realizadas facilitando a implementação do sistema contábil por meio da identificação dos elementos como mercado, processo de negócio, alianças e parcerias, produtos e serviços e clientes.

Aspecto relevante do planejamento contábil é a decisão sobre a forma como a área contábil deve estar inserida no organograma das empresas ou entidades e, neste aspecto, o órgão contábil precisa estar num "nível hierárquico compatível com a sua posição de controlador e fiscalizador de todas as operações da entidade" e ainda atender três regras importantes para o bom desempenho, quais sejam:

1ª. A contabilidade não atua operacionalmente. Ela somente registra e controla as operações que os outros realizam;

2ª. A contabilidade não pode ficar em nível hierárquico inferior a qualquer órgão da empresa, pois, do contrário, não terá autoridade funcional para controlar e fiscalizar um eventual órgão que a subordine.

3ª. Todos os órgãos e departamentos da empresa deverão cumprir e acatar as instruções de rotinas e controles internos que forem expedidas pela contabilidade."

Portanto, manter o órgão contábil sob o comando da área fazendária significa tolher o desenvolvimento de processos de controle voltados para a organização como um todo. Por outro lado, querer que o sistema de controle no setor público produza os mesmos efeitos causados pela contabilidade empresarial é desconhecer a atividade pública e pasteurizar o conhecimento numa panacéia inútil e que agrada, por certo, aqueles que acham que o Estado é um estorvo.

¹VIANA, Cibilis da Rocha. Teoria Geral da Contabilidade. Ed. Sulina, 1959 p.

M-Gov: um novo conceito para o governo eletrônico



A tecnologia da informação avança e o conceito de "governo eletrônico" (ou e-gov) se movimenta. Literalmente. A nova tendência na área de prestação de serviços públicos ao cidadão é o M-Gov (Mobile Government, ou governo móvel), termo que define a movimentação do governo para acessar o cidadão, ou ser acessado por ele, através de tecnologia wireless (sem fio) e portátil, como celulares, palms e PDAs. Vagner Diniz, presidente do Congresso de Informática Pública (Conip) - organização não-governamental que estuda a tecnologia da informação na gestão pública - chega a dizer que a verdadeira inclusão digital se dará pelo celular. Através deste aparelho, em iniciativas que já se espalham, os usuários terão à mão diversos tipos de informação disponibilizados por governos.

Para Diniz, a tendência é vantajosa porque existem muito mais celulares do que computadores, e muitos destes últimos ficam nos escritórios. De acordo com dados da Anatel, estavam em uso em junho de 2006 no País cerca de 92 milhões de telefones móveis (número correspondente à metade da população). Há inclusive projeções de 170 milhões de aparelhos habilitados em 2010, enquanto os computadores estão atualmente na casa dos 20 milhões. "Ainda nem aproveitamos as potencialidades do governo eletrônico e já estamos vivendo a nova era do governo com mobilidade, o M-Gov", destaca o presidente do Conip. Imaginem a diferença em relacionamento se o cidadão comum pudesse marcar consultas em um posto de saúde por telefone e receber um lembrete por mensagem SMS. Ou se os pais fossem avisados pelo celular que teve início a matrícula de seus filhos nas escolas públicas, e que um só clique poderia resolver a questão. Ou ainda se fosse possível saber pelo telefone móvel qual o status de um processo na prefeitura? Essas projeções são feitas por Diniz, sintetizando a idéia que o dirigente chama de "serviço público que

cabe no bolso". Outra utilidade aventada por ele são os informes de trânsito no celular.

"A tecnologia para M-Gov está madura, mas as iniciativas estão à espera de desenvolvedores, provedores de conteúdo, operadoras, agregadores e fornecedores dessa cadeia de valor para assumir a liderança em um mercado emergente", ressalta Diniz. Em abril deste ano, foi realizado na cidade de São Paulo o 1º Fórum M-Gov, para discutir o assunto. O tema já havia sido destaque no ano passado no XI Conip, fórum brasileiro de Tecnologia da Informação na esfera pública, realizado anualmente, e ganhou seu próprio encontro. Lá, um edital pioneiro na área foi lançado através de uma parceria entre o Instituto Conip e o Centro Incubador de Empresas (Cietec), maior incubadora da América Latina. O documento está sendo considerado o impulso que faltava para fomentar o desenvolvimento e popularizar o conceito do M-Gov.

O processo seletivo do edital tem cinco etapas: pré-seleção, workshop para capacitação na elaboração do plano de negócios, avaliação dos planos por um comitê técnico, entrevista e divulgação dos resultados. A única fase encerrada até julho foi a da pré-seleção.

Sergio Wigberto Risola, gerente executivo do Cietec, enxerga oportunidades crescentes neste mercado. "O celular é um equipamento mais utilizado que o computador para a comunicação pontual e é um meio extremamente eficiente, pois atinge a pessoa certa no momento certo com a informação certa", diz. Quanto à infra-estrutura para o setor, Risola afirma não ser complexa, mas o alto grau de disponibilidade e todo o trâmite legal para serviços mobile integrados a todas as operadoras, além de documentação e negociações, exigem a experiência de uma grande empresa.

Diretora-presidente do E-stratégia Pública, empresa de pesquisa e consultoria especializada em governo eletrônico, Florencia Ferrer também vê o M-Gov como a melhor relação custo-benefício no uso de recursos públicos, já que ampliar o atendimento presencial é muito caro. "Os investimentos em e-gov são extremamente baixos em relação ao retorno social e econômico que trazem, por isso dependem basicamente de decisão política e não de recursos", aponta. "O M-Gov possibilita maior inclusão digital e o cidadão pode receber somente as informações de seu interesse, de acordo com seu perfil cadastrado, com custo menor inclusive para ele", complementa Salete Lunes, diretora de operações da E-stratégia.

Para Galileu Vieira, diretor de tecnologia da consultoria, a importância das parcerias público-privadas (PPP) no setor é alta e as operadoras e até as fabricantes de aparelhos podem e devem facilitar, financeira e tecnologicamente, o acesso a suas redes pelo governo. "Sobretudo em países como o Brasil, onde 67% da população nunca usaram a Internet e 55% nem mesmo o computador (indicadores do nic.br), a realidade demonstra claramente a necessidade de utilizar outros canais de comunicação para a entrega de serviços públicos", reforça Vieira.

M-Gov: um novo conceito para o governo eletrônico

Salete adverte que o número dessas soluções no país ainda é baixo, mas existem iniciativas pontuais em alguns estados, pioneiros e arrojados no uso da tecnologia.

O Instituto Conip, inclusive, montou um banco de iniciativas da área no endereço eletrônico www.conip.org.br/mgov, primeiro site brasileiro sobre M-Gov e Cidadania Móvel. O site permite colaborações e nele está hospedado um fórum permanente de discussão sobre o tema. Listados pelo site do Conip, dois dos estados onde o Mobile Government já funciona são o Paraná e o Piauí.

No estado do Paraná, serviços do Detran, avisos de vagas de trabalho, cotação de produtos hortifrutigranjeiros e alertas de geada, entre outros conteúdos, já são entregues, gratuitamente, pelo celular. É disparada uma média de 10 mil mensagens (SMS) por mês e já são 6.500 telefones cadastrados. O projeto teve início em 2002 sem custos para o Estado, através da parceria com uma operadora, encerrada três anos depois. "Em 2005, então, foi elaborado um edital para contratação, via pregão eletrônico, dos serviços de várias operadoras", conta Marcia Schüler, diretora de desenvolvimento da Cia.de Informática do Paraná (Celepar). O órgão tem sido procurado para comparar-tilhar experiências.

No Piauí, funciona o "Informa Fácil", projeto que surgiu a partir de um trabalho de conclusão de curso de um servidor do Estado. "Projetos de M-Gov mais comuns são baseados em SMS. No nosso caso, adotamos micro-aplicativos Java. Disponibilizamos aos cidadãos esses aplicativos, que podem ser instalados nos celulares e que permitem acesso a informações definidas pelo governo, ao menor custo em relação a outros projetos de M-Gov no Brasil e no mundo", diz o diretor de negócios da Empresa de Informática e Processamento de Dados do Piauí (Prodepi), José Pacífico. Desde seu início, foram feitos cerca de 3.600 downloads no site do projeto. "O número ainda é baixo, mas estamos criando uma cultura, e criar uma cultura não é fácil. Nossa iniciativa é completamente nova, não existe nada similar em nenhum estado brasileiro", gaba-se o diretor.

PING-PONG

Pre\$tando Conta\$ - Qual é o conceito de M-Gov?

Vagner Diniz - A sigla em inglês significa Mobile Government, ou Governo com Mobilidade. Trata-se da oferta de serviços públicos via telefones celulares e outros equipa-mentos portáteis, como PDAs. O significado de M-Gov também pode ser estendido para toda a infra-estrutura wireless (sem fio) e unidades públicas de atendimento móveis.

Pre\$tando Conta\$ - Como observa o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação wireless, ao possibilitar que aplicações e serviços de governo eletrônico sejam entregues através de aparelhos móveis, como os celulares?

V. Diniz - O M-Gov tem características relevantes que tornam os dispositivos móveis veículos privilegiados na entrega de serviços públicos. As informações são personalizadas, pois aparelhos móveis são projetados para serem usados por um único usuário, enquanto computadores de mesa são compartilhados por diversos usuários. A maioria dos aparelhos móveis está sempre ligada, sempre conectada. Estes aparelhos podem estar em estados inativos, mas aplicações podem "despertá-los", diferentemente de aplicações de e-Gov que precisam ser ativadas pelos usuários. Os aparelhos móveis, projetados para serem portados, são carregados por seus usuários para qualquer lugar, e as aplicações podem ser projetadas para prover informações instantâneas para seus usuários, como alertas de emergências.

Pre\$tando Conta\$ - Em sua opinião, qual foi o grande tema do 1º Fórum M-Gov?

V. Diniz - As principais discussões do 1º Fórum foram os cases apresentados e suas principais características e resultados. A maioria dos cases já mostram resultados significativos, que consolidam a mobilidade no governo como uma tecnologia que veio para ficar. Também foram relevantes as discussões entre governo e operadoras sobre as barreiras para expansão mais rápida do M-Gov. Quem paga a conta? Quais os modelos de negócios para repartir os custos? Como garantir a segurança e privacidade do cidadão? E como alavancar a produção de conteúdos?

Pre\$tando Conta\$ - Quais as principais questões referentes a infra-estrutura, aplicação e regulação em M-Gov?

V. Diniz - Primeiro não está claro como repartir os custos pelo uso da infra-estrutura de mobilidade para prestação de serviços públicos. A natureza pública das informações sugere que os custos devam ser compartilhados, em alguma forma de parceria público-privada. Quanto à aplicação, a ausência de conteúdo é uma barreira para expansão do M-Gov. Deve haver mais criatividade do setor privado na criação de novas aplicações e do governo para demandar soluções. Estimular o desenvolvimento de novas aplicações é o que o Instituto Conip faz em parceria com o Centro de Incubação de Empresas Tecnológicas (Cietec), da USP.

Pre\$tando Conta\$ - O M-Gov é o futuro dos serviços governamentais prestados à população? O que ainda pode avançar?

V. Diniz - Sim, é o futuro. Porque a natureza de muitas ações governamentais é móvel (trânsito, técnicas agrícolas, segurança, fiscalização, saúde, etc.). É a mudança de paradigma: o Governo vai até onde cidadão está e o cidadão deixa de ter que ir à "repartição pública". É o serviço público que cabe no bolso.

ENTREVISTA

Marcelo Caetano Simas, cientista social, coordenador do FGV-Opinião



Ele supervisionou um levantamento inédito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que mostrou, entre outros índices, que quase 80% dos brasileiros vêem a corrupção como uma das marcas registradas do serviço público. Coordenador do FGV-Opinião, metodólogo, especialista em estudos eleitorais e modernização socio-econômica e doutorando em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Marcelo Caetano Correa Simas destaca a falta de confiança da população nos serviços prestados pelo Estado, detectada pela Pesquisa Social Brasileira (Pesb). A partir do tema Cidadania, participação e instituições políticas: o que pensa o brasileiro? foram ouvidas 1.524 pessoas em todo o País, entre os meses de agosto de 2004 e julho de 2005. A margem de erro é de 2,5 pontos percentuais. Simas contou com uma equipe de 140 pessoas, entre pesquisadores, entrevistadores, supervisores, estagiários e auxiliares de pesquisa para realizar a investigação. Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), o professor também leciona Metodologia de Pesquisa no curso de Direito da FGV, coordena o projeto de Universalização de Telefonia da Embratel desde 2004 e tem trabalhos como consultor para a Secretaria da Receita Federal, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Sebrae e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outras instituições. Além disso, já esteve à frente do banco de dados da Universidade Federal Fluminense, o DataUff. Confira a entrevista em que ele comenta a pesquisa do CPDOC.

Pre\$tando Conta\$ - O que motivou a realização da Pesquisa Social Brasileira Cidadania, participação e instituições políticas: o que pensa o brasileiro?

Marcelo Simas - No Brasil nunca havia sido realizada uma pesquisa de âmbito nacional que analisasse a percepção do brasileiro sobre questões relacionadas ao tema de cidadania, participação e avaliação das instituições políticas. Neste sentido, o principal motivo para uma pesquisa como a Pesb foi analisar a opinião do brasileiro sobre questões como a importância que se dá aos diferentes direitos de cidadania, a participação em ações políticas e sociais, o grau de preconceito das pessoas, o grau de apoio ao sistema democrático e a avaliação e a confiança nas instituições democráticas brasileiras. Este tipo de pesquisa é realizado com certa frequência em vários países, especialmente, os desenvolvidos. Assim, um estudo como esse serve como base para análises comparadas, ou seja, com os resultados da Pesb é possível comparar, por exemplo, o grau de confiança do brasileiro em suas instituições democráticas com a de cidadãos de outros países.

Pre\$tando Conta\$ - Como foi realizado o trabalho de pesquisa?

Marcelo Simas - O questionário de 500 perguntas, lidas, foi aplicado por entrevistadores presenciais em todo o país, com amostra probabilística. Todos estes cuidados elevam muito a qualidade das informações, mas tornam a pesquisa muito difícil e cara.

Pre\$tando Conta\$ - Que índices da pesquisa o senhor destacaria como mais relevantes?

Marcelo Simas - Por enquanto estamos explorando os dados descritivos da pesquisa. A grande relevância da Pesb foi realizar um trabalho tão amplo e inédito no Brasil, com a possibilidade de descrever o comportamento, as atitudes e as opiniões dos brasileiros de forma bem detalhada, que poderá ser utilizada por diversos pesquisadores, não apenas os brasileiros, mas também toda a academia internacional.

Pre\$tando Conta\$ - Os resultados - ou pelo menos parte deles - causaram surpresa ou as opiniões estiveram todas dentro do esperado?

Marcelo Simas - Os resultados não causaram grandes surpresas, especialmente entre os acadêmicos, porque pesquisas quantitativas menores já haviam sido realizadas em algumas regiões do país e diversos estudos de casos qualitativos também mostravam um pouco como o brasileiro pensa. Algumas pesquisas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, mostram que a população, em geral, possui uma visão negativa dos serviços públicos. Na Pesb fizemos a seguinte pergunta aos entrevistados: "Quando o serviço público comete erros graves, o(a) Sr(a) acha que a chance do erro ser corrigido é muito grande, grande, pequena ou nenhuma?". O resultado foi que 47% das pessoas disseram que era pequena e 21%, nenhuma. Neste caso, temos que 68% dos brasileiros não acreditam que o serviço público possa corrigir um erro grave. Isso é um sintoma de falta de confiança da população nos serviços prestados pelo Estado. Outras pesquisas já mostravam isso, mas elas não possuíam a amplitude da Pesb. Por isso, a grande vantagem da Pesb é sua característica representativa para toda a população.

Pre\$tando Conta\$ - Qual será o destino desta pesquisa?

Marcelo Simas - O destino será a realização de estudos comparados, como já foi realizado por alguns pesquisadores brasileiros na primeira rodada da Pesb. Para os políticos, a pesquisa pode destinar-se a uma reflexão sobre qual é o seu papel na sociedade. Por exemplo, 58% dos entrevistados concordam com a seguinte frase: "O governo não se preocupa muito com o que pessoas como o(a) Sr(a) pensam". Quando separamos as respostas por escolaridade, esse percentual chega a 69% entre pessoas com nível superior. Ou seja, as pessoas que em geral são as mais informadas, com maior acesso aos veículos de informação, sentem um descolamento muito grande entre o governo e o que elas pensam.

ENTREVISTA

Marcelo Caetano Simas, cientista social, coordenador do FGV-Opinião

Pre\$tando Conta\$ - Como ressaltado na pergunta "Como o(a) Sr.(a) acha que a corrupção está espalhada no serviço público do Brasil", apenas 372 entrevistas foram feitas após maio de 2005, quando explodiram os recentes escândalos de corrupção em Brasília. O senhor acha que esses eventos aumentam a percepção/sensação do povo quanto à corrupção no serviço público? Os resultados poderiam ser diferentes se todas as entrevistas tivessem sido realizadas após os escândalos?

Marcelo Simas - Em primeiro lugar gostaria de destacar que, embora uma parte das entrevistas tenha sido realizada antes dos escândalos de 2005, os resultados são muito negativos para a imagem do serviço público. Os resultados mostram que 27% dos brasileiros acham que "quase todo mundo está envolvido na corrupção" e 52% acham que "muita gente está envolvida na corrupção". Com esses resultados podemos

inferir que 79% da população possuem uma imagem muito impactada da corrupção para a economia do país, etc. Não é que as pessoas de escolaridade baixa não se importem com a política, mas o dia-a-dia político está mais distante das suas necessidades imediatas.

Prestando Conta\$ - A que o senhor atribui o pouco interesse do "brasileiro médio" por política? Quais seriam as formas de isso ser modificado, com benefícios ao exercício da cidadania, em sua opinião?

Marcelo Simas - Existem vários fatores que podem explicar um certo desinteresse da população brasileira em relação à política. Entre eles destaco a desigualdade de renda do País. Diversos estudos internacionais comparados mostram que a concentração de recursos impede uma participação maior da população na política de um país. A desigualdade pode ser diminuída com maiores investimentos nas áreas sociais, especialmente, educação. Com investimentos de longo prazo, as crianças de hoje se tornam cidadãos mais bem informados e interessados na vida política do seu país, além de reunirem maiores condições de canalizar os seus recursos para a política. Por último, gostaria de dizer algo que pode soar redundante: o maior incentivador do exercício da cidadania é o voto obrigatório. Como dizia John Stuart Mill, apenas participando da política as pessoas vão aprender sobre a política. Existe um preconceito elitista no Brasil, defendido por vários setores sociais, de que o voto deveria ser facultativo para que pessoas sem informação política, mais pobres, não votassem. Segundo este preconceito, elas votariam mal. Sem tocar no ponto de que é difícil definir o que é votar certo, é importante chamar a atenção de que estas pessoas são excluídas do sistema político, elas não têm voz. Se elas deixarem de votar, sua exclusão será total, seus interesses nunca serão incorporados às políticas públicas.

Prestando Conta\$ - São também pouco divulgadas as formas do cidadão interferir na política. A maioria dos entrevistados, por exemplo, considera que não há nenhuma chance de alguma coisa ser feita no caso da aprovação de uma lei que os desagrade. Falta informação, conseqüentemente participação, por falta de vontade política para isso?

Marcelo Simas - Essa pergunta não foi comparada com estudos realizados em outros países, mas não acredito que essa seja uma peculiaridade brasileira. Antony Downs (1957) e Mancur Olson (1965) argumentam que existem poucos incentivos para as pessoas se organizarem, especialmente grandes grupos, como o de consumidores. Por exemplo, se o congresso votasse uma lei que desagradasse à maioria dos consumidores de um determinado serviço, dificilmente eles se organizariam para tentar influenciar a lei segundo seus interesses. Isto ocorre porque o custo de organizar uma ação coletiva é muito alto e o benefício para cada consumidor é muito pequeno. A obtenção de informação implica em gastos de recursos escassos: tempo e dinheiro. Ao mesmo tempo em que a probabilidade da decisão individual alterar um resultado é mínima. Assim, essa inércia encontrada nos brasileiros é explicada pela teoria democrática e atinge outros países.

Prestando Conta\$ - Em outra questão, a maioria dos entrevistados diz que a participação de fanáticos religiosos em associações de moradores, passeatas, comícios e reuniões públicas deveria ser proibida. Em sua análise, esse resultado reflete um bom entendimento quanto a posturas "radicais/atrasadas" ou isso não passaria pelo campo da proibição? Todos os discursos (contanto que não sejam considerados crimes, como o preconceito racial) deveriam ser permitidos, cabendo aos indivíduos discernir entre o bom e o ruim?

Marcelo Simas - Excluindo as situações de crime, como o preconceito racial, o fato de 44% dos entrevistados considerarem que a participação de "fanáticos religiosos" em associações de moradores, passeatas, comícios e reuniões públicas deveria ser sempre proibida (19% dizem que "deveria ser proibida na maioria das vezes") pode ser interpretada como um preconceito da população brasileira. Não é porque uma pessoa advoga sua fé de forma fundamentalista que ela deve perder os seus direitos de cidadania. Dentro da lei, qualquer manifestação de consciência vale.

Prestando Conta\$ - 32% dos entrevistados (o percentual aumenta, chegando à maioria dos ouvidos, conforme diminui a escolaridade) consideram que, "se necessário, o governo deve reduzir os direitos democráticos". Isso demonstra que grande parte da população ainda não teria um forte apego ao ideal da democracia, ou ainda que este conceito não estaria tão bem arraigado no Brasil?

Marcelo Simas - Sim, esse resultado mostra que as instituições e a cultura democrática ainda não estão

plenamente arraigadas entre os brasileiros. Resultados semelhantes já apareceram em pesquisas anteriores, inclusive em outros países da América Latina. O que pode ser explicado pelo fato de termos uma democracia jovem, com pouco mais de 20 anos, que se estabilizou economicamente há apenas 10 anos. Devemos nos lembrar que os primeiros passos da democracia inglesa ocorreram em 1650. Não surpreende a maturidade política daquele país. Entretanto, espera-se que no Brasil este resultado seja alterado com a consolidação das instituições democráticas, processo que vem avançando aceleradamente.

O representante da OEA destaca, ainda, a Declaração de Nuevo León (resultado do trabalho da Cúpula Extraordinária das Américas, realizada no México em 2004), a Declaração de Mar Del Plata (ratificada pela IV Cúpula das Américas, na Argentina, em 2005), a Declaração e o Plano de Ação de Manágua (divulgados em 2004 na Nicarágua) e as resoluções anuais da Assembléia-Geral da OEA sobre o tema.

Medidas nacionais

A Controladoria Geral da República do Peru elaborou a Estratégia Preventiva Anticorrupção (EPA) para detectar, investigar ou julgar atos corruptos e para tentar evitar que esse tipo de crime aconteça com a colaboração de entidades públicas e judiciais, sociedade civil e empresas privadas. A Estratégia se concretiza por meio das seguintes ações: alianças estratégicas, comunicação, difusão e educação, medidas de conduta e procedimentos e gestão de riscos.

Desde 2005 a Controladoria Geral do Peru desenvolve o Programa de Difusão para a Prevenção da Corrupção, destinado a crianças e jovens, e os programas Joga Limpo e Institucionalização da Probidade Administrativa no Estado. O Joga Limpo se dá de duas formas: diálogos entre funcionários da CGR e alunos de escolas públicas e particulares - em 2005 participaram 13.351 alunos - e por meio da incorporação de material sobre a luta contra a corrupção nos currículos dos cursos universitários. A meta do Joga Limpo é fazer com que o setor privado empresarial também se comprometa com a prevenção da corrupção. "A finalidade desse programa é reduzir as perdas por corrupção, gerando igualdade e oportunidades do setor empresarial em sua relação com o Estado, e contribuir para que as contratações e aquisições públicas sejam imparciais, transparentes e a preços justos", explica Noemí Gallegos Peirano, membro do Grupo de Trabalho de Prevenção à Corrupção peruano. A intenção do Programa Institucionalização da Probidade Administrativa no Estado é desenvolver e manter uma cultura de honestidade em nível estatal com a implementação de medidas preventivas e de controle da ética pública.

No México, a Comissão Intersecretarial para a Transparência e o Combate à Corrupção na Administração Pública Federal (CITCC), criada em 2000, é o principal órgão do governo destinado a combater a corrupção e promover a transparência governamental, juntamente com a Secretaria da Função Pública (SFP). Entre as mudanças implementadas pela Comissão podem ser citadas: a criação de códigos de conduta, as licitações eletrônicas, os usuários simulados (pessoas que fingem ser solicitantes de serviços públicos para verificar se os mesmos são prestados com transparência e sem corrupção), a difusão da informação pública por meio da internet e o uso de mecanismos mais rigorosos na seleção de funcionários.

A Secretaria de Função Pública desenvolve diversos projetos de colaboração entre estudantes, empresários e a sociedade em geral, a fim de fazer com que ética, transparência e honestidade sejam valores que governem as relações entre os setores públicos e privados. A Secretaria Executiva da Comissão identifica a Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública Governamental, de 2002, como um passo importante do México no combate à corrupção, ao estabelecer as formas de acesso do cidadão à informação sobre as atividades e o desempenho das instituições públicas federais. A Colômbia mantém em vigor o Programa Presidencial de Luta contra a Corrupção, que inclui a Proposta de uma Política de Estado para o Controle da Corrupção. Entre os objetivos do programa estão a possibilidade de contar com instrumentos prontos a serem utilizados pelas instituições públicas e privadas e pelos cidadãos, meios de comunicação e setores organizados da sociedade na prevenção, investigação e sanção de atos de corrupção, bem como a oportunidade de promover junto à sociedade o que identifica como "cultura de legalidade". O código colombiano concentra suas tarefas em cinco áreas: recepção da informação sobre atos de corrupção (para ser estudada e apresentada aos organismos de controle e à justiça concentrando-

se principalmente nos recursos da saúde), promoção do controle social e cidadão via pactos para a transparência, fortalecimento do controle interno, promoção da cultura da legalidade e formulação de uma política pública de Estado para lutar contra a corrupção. Também estão envolvidas nessa tarefa no país organizações da sociedade civil como a Confederação Colombiana de Câmaras de Comércio (Confecameras), a Corporação Transparência por Colômbia, o Instituto Anticorrupção da Universidade de Rosário e Bogotá Como Vamos.

Outra iniciativa de combate à corrupção na Colômbia é o "Adeus às Fraudes", concurso anual de pintura e desenho nos quais crianças e jovens sugerem medidas a serem adotadas para exterminar a corrupção, a mentira e a fraude na família, na escola, no esporte, nos jogos e na comunidade. A idéia surgiu no México em 2004 e também foi logo seguida pela Colômbia. O primeiro concurso realizado recebeu 57.402 desenhos e o segundo 99.939 propostas. Na sua primeira edição, as melhores sugestões foram transformadas em livro, mais tarde enviado a escolas e bibliotecas, mostrando a proposta de crianças e jovens para exterminar as fraudes em cada país. A faixa etária para participação, no México, é de 6 a 12 anos e na Colômbia de 6 a 16 anos.

Para Benjamin Hill Mayoral, diretor geral adjunto da Unidade de Vinculação para a Transparência da Secretaria da Função Pública do México, "por meio desse concurso as crianças têm a oportunidade de expressar o que pensam sobre as fraudes, planejar soluções e demandar um país melhor para eles. O concurso serve para que crianças e adultos façam uma reflexão sobre o problema e a necessidade de promover os valores éticos e o estabelecimento de um Estado de Direito". A Proposta de uma Política de Estado para o Controle da Corrupção tem por objetivo servir como instrumento a ser utilizado por instituições públicas e privadas, cidadãos, meios de comunicação e organizações da sociedade civil na prevenção, investigação e sanção de atos de corrupção.

Seguindo essas experiências de países vizinhos, em 2003 o governo da Venezuela editou a Lei de Combate à Corrupção, que estabelece normas de conduta para ocupantes de cargos públicos e as penalidades cabíveis para aqueles que a infringirem. Além dessa, outras iniciativas determinam medidas para combater a corrupção na área pública, como o Estatuto da Função Pública, a Lei Orgânica da Fazenda Pública Nacional, o Código de Ética para o Funcionário Público e o Código de Conduta dos Servidores Públicos. Todos os textos defendem que é obrigação do servidor público informar todo e qualquer ato corrupto de que tenha conhecimento. Há também mecanismos para estimular a participação cidadã e de organizações não governamentais, como o direito à informação e a participação na gestão pública.

ESTANTE

Sugestões para que o país volte a crescer



Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil
Organizadores: Armando Castelar Pinheiro e Fabio Giambiagi
Rio de Janeiro:
Elsevier, 2006 312 p.

Os economistas Armando Castelar Pinheiro e Fabio Giambiagi, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), dizem alarmar-se com a perspectiva de que, se nada for feito, o futuro de seus filhos e netos transcorra "em meio ao marasmo econômico que marcou o país no último quarto de século". Para eles, nada indicaria que estamos mais perto hoje de reagir a essa situação do que há dez ou 20 anos. A

partir do diagnóstico desse panorama, Pinheiro e Giambiagi esforçaram-se para ser persuasivos em Rompendo o Marasmo - A Retomada do Desenvolvimento no Brasil, livro de autoria de ambos pela Editora Campus. Segundo os autores, já é histórica a dificuldade de economistas brasileiros em liderar, no terreno das idéias, uma reação ao quadro de "semi-estagnação" em que o país mergulhou desde os anos 80, no que não ajudaria o fato de muitas das soluções necessárias serem impopulares. Daí a necessidade de opiniões contundentes.

Pinheiro e Giambiagi citam, por exemplo, o caso de uma nova reforma da Previdência, item que dificilmente será discutido durante a campanha eleitoral, mas deve criar polêmica no próximo governo. Quem pode achar simpática a idéia de adiar a idade exigida para se aposentar?, perguntam os autores. O que pode ser bom para cada um individualmente, contudo, pode ser péssimo para a comunidade - um fenômeno conhecido no "economês" como falácia de agregação -, explica a dupla. Eles afirmam que, sem reformas que atinjam a previdência e a assistência social, a escalada dos gastos públicos continuará, assim como a da carga tributária, e o potencial de crescimento do país permanecerá sacrificado. Em 2005, o Brasil atingiu, em termos reais, uma renda per capita somente 9% mais alta que em 1980. No mesmo período, a renda dos países mais ricos aumentou cerca de 60%, a do Chile mais do que dobrou, a da Coreia do Sul quadruplicou e a da China foi ampliada sete vezes. Por outro lado, nos primeiros 80 anos do século XX, o PIB per capita brasileiro cresceu a uma taxa média de 3,1%, percentual superado apenas pelo Japão, lembra o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, que escreve o prefácio do livro. O Brasil está ficando para trás e precisa reencontrar o caminho do desenvolvimento, com medidas pragmáticas, ressaltam Pinheiro e Giambiagi. Para os dois, afinados com o discurso liberal, o objetivo da obra é justamente contribuir para a definição de uma "agenda positiva".

Armínio Fraga aponta que uma das bases para o diagnóstico do "marasmo" está exposta com clareza no primeiro capítulo do livro: o crescimento foi pífio na "década perdida" e até o início dos anos 90 por perda de produtividade, enquanto a melhora gradual desde então é explicada integralmente por ganhos nessa área, que só não seriam maiores devido à manutenção de um nível baixo de investimento na economia. A obra explora o assunto nas dimensões macro e micro-econômica, com ênfase em aspectos institucionais.

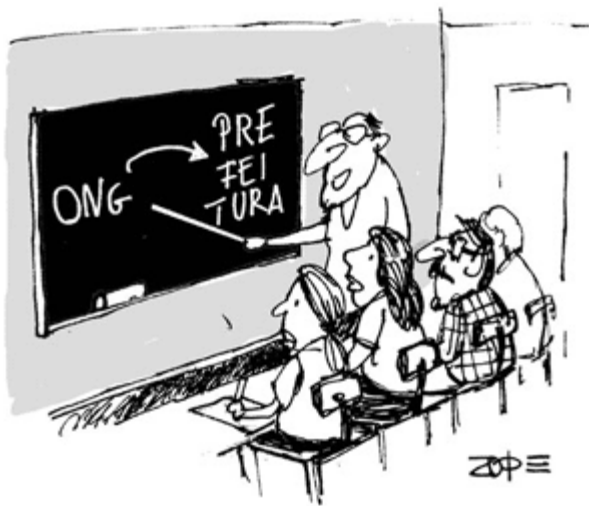
Ao longo de quatro partes e 11 capítulos, ricamente ilustrados por gráficos e tabelas, os autores defendem um modelo de desenvolvimento baseado em maior abertura da economia, redução dos impostos, reorientação do gasto público em favor dos investimentos e fortalecimento da segurança jurídica. Como linguagem, nada tão técnico que afaste os leigos, nem tão didático que incomode os iniciados. A Parte I funciona como um roteiro, indicando o porquê da necessidade de mudanças e tentando desmistificar falsas percepções que inibem a discussão mais ampla de problemas - caso das tais reformas, ditas fundamentais, que não contam com o apoio popular. Na Parte II, questões como os desequilíbrios macroeconômicos externo e fiscal são discutidas, com enfoque especial ao déficit nominal. Pinheiro e Giambiagi fazem uma projeção de cenários para o período 2006-2015, cobrindo as principais rubricas ligadas a cada tema e mostrando como trilhar a redução nos coeficientes de endividamento e no custo de capital.

A Parte III aborda outros pontos considerados importantes pelos autores para uma agenda desenvolvimentista, a exemplo de alterações nos campos tributário e trabalhista e da definição de um marco regulatório, com ênfase para o setor de infra-estrutura. O último capítulo desta seção é escrito pelos professores do IBMEC Sergio Guimarães Ferreira e Fernando Veloso, que discutem desafios na área educacional brasileira. Eles buscam provar, com base em experiências de outras nações, que é possível reduzir os índices de criminalidade com políticas de incentivo para que os jovens concluam o ensino médio.

Pinheiro e Giambiagi finalizam a obra retomando discussões travadas ao longo do livro, lembrando que o eixo do estudo é a sistematização de argumentos dispersos na literatura especializada, não a "invenção da roda". Destacam a importância do respeito a normas e contratos no setor econômico. Críticos do que chamam de assistencialismo exacerbado e empobrecedor, defendem ainda menos intervenção e a mudança no papel do Estado. Como alegam os autores, "para que o desejo de melhor dividir o bolo não o impeça de crescer".

Convênio capacita contadores para prestação de contas junto à Prefeitura do Rio

Atentos às resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, que



determinam normas específicas para o terceiro setor, a Controladoria Geral do Município e o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro treinaram até meados de maio de 2006 contadores para atuarem na execução da contabilidade e na prestação de contas de Organizações Não-Governamentais que atualmente recebem recursos da Prefeitura. Decreto do Prefeito Cesar Maia publicado em 21 de agosto de 2004 determinou que os órgãos da administração direta e indireta apenas poderão contratar organizações e associações que tenham contadores treinados pelo convênio. As organizações que se enquadrarem nessa condição serão cadastradas pela CGM e pelas secretarias municipais de Administração e de Assistência Social. O objetivo da capacitação é uniformizar os procedimentos contábeis das ONGs que prestam serviços à Prefeitura e dar a conhecer as determinações da Controladoria.

O CRC-RJ é responsável pela contratação de professores, preparação do curso e elaboração do material didático. Antonio Miguel Fernandes, presidente do Conselho Regional, informa que as apostilas utilizadas foram preparadas depois de reuniões entre o CRC-RJ e a Controladoria: "nesses encontros definimos o conteúdo, a metodologia e criamos uma turma-piloto". À gerência de RH da CGM cabe monitorar os trabalhos: "a ONG que tiver um contabilista treinado vai apresentar sua prestação de contas de acordo com o que a Prefeitura definiu como adequado", diz Jorge de Carvalho.

Para o instrutor de capacitação e diretor do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, Luiz Francisco Peyon a prestação de contas das ONGs deve ser examinada sob dois aspectos: o contábil-financeiro extraído dos registros e o técnico-operacional previsto no projeto da organização. Para ele, além de ser uma necessidade gerencial, a contabilidade é uma obrigação decorrente de leis e um instrumento que contribui para a transparência dos atos de gestão "tão importante quanto o controle aplicado corretamente. Isso irá assegurar que os recursos públicos repassados pela Prefeitura sejam utilizados de acordo com o fim previsto no acordo. A transparência é garantida com a publicação das principais demonstrações contábeis elaboradas com informações extraídas dos registros que podem ser auditados pela CGM a qualquer momento".

O professor acredita também que a formação acadêmica nos cursos de Ciências Contábeis está voltada principalmente para a área sócio-política de atuação das pessoas jurídicas (governamental) e para o setor das sociedades (empresarial). Apesar desse enfoque nas universidades, o mercado passou a exigir a capacitação especializada em ONGs, pois estas têm especificidades que as distinguem de outras instituições. Segundo estudo publicado em 2001 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, "o terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal e é formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum".

Por isso, o CRC-RJ incluiu desde 2001 em sua programação cursos voltados para Organizações Não-Governamentais. Da mesma forma, o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo capacitou em 2005 cerca de 400 contabilistas para atuarem em ONGs. Algumas faculdades de Ciências Contábeis também introduziram disciplinas de contabilidade aplicada às organizações do terceiro setor em seus currículos. Em dezembro de 2004 o Conselho Federal de Contabilidade editou um volume, o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, que uniformiza as práticas contábeis e indica um modelo de plano de contas básico para entidades sem fins lucrativos. Com esse documento, os profissionais da área passaram a ter um referencial contábil próprio para o terceiro setor, o mesmo modelo exigido pela CGM no convênio firmado com o CRC-RJ.

Capacitação

O curso organizado pelo convênio CGM/CRC-RJ está estruturado em três partes: as modificações trazidas pelo novo Código Civil na contabilidade aplicada às ONGs, as determinações da CGM (com ênfase nas recomendações da auditoria) e os modelos de prestações de contas com base no manual de orientações do

Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro.

Para a técnica em contabilidade Norma Celeste Ferreira, uma das alunas do curso, um profissional que não seja da área contábil, ao assinar uma prestação de contas de uma organização, pode não conseguir demonstrar a utilização dos recursos segundo as regras estabelecidas no contrato e assim gerar relatórios contábeis sem a devida avaliação dos resultados. Com isso estará descumprindo a Legislação Municipal e a Resolução 987/03 do CFC, que trata da relação contratual de prestação de serviço dos contabilistas. Já o contador João Roberto Pizzo, que participou da turma de fevereiro de 2006, diz que "na contabilidade de uma organização deve ser priorizada a transparência dos atos de gestão, por meio do correto registro dos atos e fatos contábeis, observando as normas brasileiras de contabilidade".

Em 2006, o curso começou em janeiro no auditório da sede do CRC-RJ. O treinamento é gratuito e aberto a qualquer profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade. No fim do curso, os profissionais são avaliados por meio de uma prova. Os alunos que obtiverem 7,0 como nota mínima e tiverem freqüentado pelo menos 80% da carga horária prevista recebem um certificado e estão aptos a integrar a relação de contabilistas de ONGs cadastrados pela Prefeitura.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Otavio Leite

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinicius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virginia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Janaína Soares e Thiago La Vega

Editoração: Gabriel Campano

Ilustração: Zope

Versão Online: Renato Gomes